



RECURSO ADMINISTRATIVO POR INABILITAÇÃO DA RECORRENTE NA LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS 004/2023 – MUNICÍPIO DE APODI/RN,

Patu/RN, 04 de OUTUBRO de 2023.

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Apodi/RN,

contra decisão dessa digna Comissão Permanente de Licitação que inabilitou a recorrente demonstrado pelos motivos abaixo:

PRELIMINARMENTE

Que nos termos da nossa legislação infraconstitucional, material e formal vigente, SEJA RECONSIDERADA à DECISÃO que INABILITOU à RECORRENTE, conforme publicação em Diário Oficial que circulou em 03 de outubro de 2023, porquanto à mesma está inquinada de vícios de nulidades insanáveis, “NULA de PLENO DIREITO”, porquanto está destituída de fundamentação do ponto de vista constitucional, formal e legal conforme ficará inequivocamente comprovado nas razões abaixo suscitadas ou, sob pena de responsabilidade, remeta o presente RECURSO “incontinenti” à autoridade superior competente, o Excelentíssimo (a) Prefeito (a) Constitucional deste Município, para que o mesmo DEFIRA o PEDIDO OBJETO DESTE, ANULANDO à REFERIDA DECISÃO e, “CONSEQUENTEMENTE HABILITANDO a



RECORRENTE FL ENGEHARIA, SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, como medida da mais lúdima justiça (Art. 93, IX, da Constituição Federal);

DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

FL ENGENHARIA, SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.783.315/0001-08, sediada a Rua Tenente Luis Pinheiro, 288, Centro - Patu – RN, CEP: 59.770-000, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “ a “, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, devendo, portanto a Vossa Senhoria vir a apreciá-lo.

DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Apodi/RN, por meio do edital nº 004/2023 visando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA EM SANTA ROSA, COMUNIDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE APODI/RN. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO**, na sede da Prefeitura Municipal de Apodi/RN.

Foi proferida a seguinte decisão, através da publicação realizada pela Comissão Permanente de Licitação da cidade de Apodi/RN no dia 03 de outubro de 2023 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN), através da publicação do **AVISO DE RESULTADO DE ABERTURA DAS HABILITAÇÕES - TOMADA DE PREÇO Nº 004/2023**:

(...)“FL ENGENHARIA, SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 36.783.315/0001-08, não atendeu ao item 8.4.3;”

Como é do conhecimento deste Nobre Presidente, bem como dos demais membro desta Augusta Comissão, diferentemente da decisão encartada, está

FL ENGENHARIA, SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 36.783.315/0001-08
INSC. ESTADUAL: 20.540.075-2, INSC. MUNICIPAL 000.167-8, RUA TENENTE LUIS
PINHEIRO, 288, CENTRO, PATU/RN, CEP: 59770-000, FONE: (84) 9.8862-3764
E-mail: luidy_fabricio@hotmail.com



inserto em HABILITAÇÃO da RECORRENTE, toda documentação onde ficou inequivocamente comprovado de que a mesma atendeu a todas as exigências do presente Edital, estando, portanto, NULA de PLENO DIREITO a DECISÃO que INABILITOU a RECORRENTE, porquanto, está desprovida de fundamentação, do ponto de vista constitucional, formal, legal e jurisprudencial, conforme ficará demonstrado em razões abaixo alinhavadas. O fato alegado foi que a licitante não apresentou a qualificação técnica exigida no item 8.4.3. Vejamos o que diz o referido item ao qual a comissão alega que a recorrente não atendeu:

8.4.3. Comprovação mediante atestados (acervos técnicos) comprovando que a empresa proponente prestou serviços relevantes de engenharia, como contratada principal, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CREA competente, de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às licitadas. Comprovação que já executou, em uma determinada obra, no mínimo 50% dos itens 3.11, 7.1, 14.3 e 14.5 das planilhas de quantitativos e preços básicos do projeto básico. (podendo somar os itens 14.3 e 14.5 ou atendê-los separadamente)

Também destacamos no edital o subitem anterior, 8.4.2:

8.4.2. Comprovação mediante atestados (acervos técnicos) em nome do profissional (engenheiro) provenientes da empresa proponente ou de outras empresas onde o mesmo prestou serviços relevantes de engenharia, como contratada principal, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CREA competente, de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às licitadas;

Ora, a recorrente apresentou sim atestados (acervos técnicos) comprovando que a empresa prestou serviços que atendem a quantidade mínima de 50% dos itens 3.11, 7.1, 14.3 e 14.5. No próprio item do edital deixa claro que será feita mediante “**atestados (acervos técnicos)**”, ou seja, com a apresentação de um ou mais atestados para comprovar a capacidade.

Os itens exigidos no edital são:

3.11 - (COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA, 50% corresponde a 7,68m³;

Pág. 65 da habilitação

3.0	ESTRUTURAS		
3.1	FUNDAÇÃO		
3.1.1	Fôrma de tábua de madeira de 2.5 x 30.0 cm para fundações, levando-se em conta a utilização 5 vezes (incluído o material, corte, montagem, escoramento e desforma)	m²	121,32
3.1.2	Fornecimento, preparo e aplicação de concreto magro com consumo mínimo de cimento de 250 kg/m³ (brita 1 e 2) - (5% de perdas já incluído no custo)	m³	0,51
3.1.3	Fornecimento, preparo e aplicação de concreto Fck=25 MPa (brita 1 e 2) - (5% de perdas já incluído no custo)	m³	16,52
3.1.4	Fornecimento, dobragem e colocação em fôrma, de armadura CA-50 A média, diâmetro de 6.3 a 10.0 mm	kg	659,70
3.1.5	Fornecimento, dobragem e colocação em fôrma, de armadura CA-50 A grossa diâmetro de 12.5 a 25.0 mm (1/2 a 1")	kg	130,70
3.1.6	Fornecimento, dobragem e colocação em fôrma, de armadura CA-60 B fina, diâmetro de 4.0 a 7.0mm	kg	123,90

7.1 - ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021, 50% corresponde a 615,74m²;

Pág. 45 da habilitação

10	PAREDES			
10.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M2	86,40	100%

Pág. 53 da habilitação

6.0	ALVENARIA			
6.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M2	59,27	

Pág. 58 da habilitação

3	ALVENARIA			
3.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO). AF_11/2014	M2	61,84	100%

Pág. 66 da habilitação

4.0	PAREDES E PAINÉIS		
4.1	Alvenaria de blocos de concreto 9x19x39cm, c/ resist. mínimo a compres. 2.5 MPa, assent. c/ arg. de cimento, cal hidratada CH1 e areia no traço 1:0.5:8 esp. das juntas 10mm e esp. das paredes, s/ rev. 9cm	m²	354,22

Pág. 72 da habilitação

4.4	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014	M2	147,85
-----	--	----	--------

Pág. 80 da habilitação

6.0	ALVENARIA DE VEDAÇÃO		
6.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M2	36,84
6.2	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M2	28,62

Pág. 85 da habilitação

4.0	ALVENARIA	418,64	M2
4.1	ALVENARIA DE ELEVAÇÃO EM TIJOLO CERÂMICO 10CM ASSENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO, CAL E AREIA (1:2:6)		

14.3 - MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014, 50% corresponde a 431,07m²;

Pág. 45 da habilitação

11.2	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	172,80	100%
------	--	----	--------	------

Pág. 53 da habilitação

7.2	PREPARO EM BETONEIRA 400L AF_06/2014 MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	93,00
-----	---	----	-------

Pág. 60 da habilitação

6.3	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	191,30	100%
-----	--	----	--------	------

14.5 - EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014, 50% corresponde a 703,20m2.

Pág. 45 da habilitação

11.2	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	172,80	100%
------	--	----	--------	------

Pág. 53 da habilitação

7.2	PREPARO EM BETONEIRA 400L AF_06/2014 MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	93,00
-----	---	----	-------

Pág. 60 da habilitação

6.3	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	191,30	100%
-----	--	----	--------	------

Pág. 60 da habilitação

6.6	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM TETO, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_03/2015	M2	29,46	100%
-----	---	----	-------	------

Pág. 66 da habilitação

8.2	Reboco de argamassa de cimento, cal hidratada CH1 e areia média ou grossa lavada no traço 1:0.5:6, espessura 25 mm	m²	708,44
-----	--	----	--------

Pág. 73 da habilitação

7.2	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	198,97
7.3	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA ENTRE 5M2 E 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	96,73

Lembramos que todos os serviços apresentados nos atestados foram devidamente destacados, com o intuito de facilitar a conferência, mas isso não impede de uma conferência para realmente analisar se há mais serviços não destacados que atendam as quantidades exigidas.

Apesar de estar presente na documentação outros serviços iguais, compatíveis ou semelhantes, só com este atestado apresentado na documentação de Habilitação, a recorrente já deve ser declarada como habilitada por ter atendido plenamente a qualificação técnica.

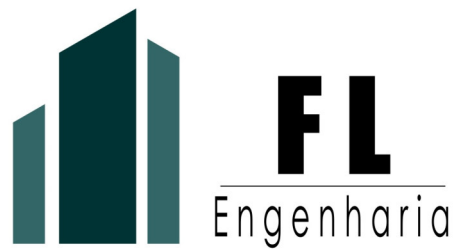
De acordo com o Acórdão do TCU nº 1502/2009 Plenário, referente a critérios de compatibilidade ou semelhança entre serviços exigidos na qualificação técnica em editais de licitação e serviços apresentados através da certidão de acervo técnico (CAT) pelas empresas licitantes, esse Tribunal se posiciona da seguinte forma:



Aceite a comprovação de capacitação técnica proveniente de obras diferentes daquela licitadas, passando a ter como critério a semelhança entre os serviços a serem comprovados, e não as obras em que foram executados. Por exemplo, abstendo-se de recusar serviços semelhantes prestados em obras ferroviárias ou de vias urbanas quando da comprovação de qualificação para executar obras rodoviárias. Acórdão 1502/2009 Plenário

Consta do § 1º, ainda do art. 30, que a comprovação de aptidão acima referida, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a capacitação técnico-profissional, ou seja, comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

Para a lei que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, conforme prevê o § 3º do artigo 30. O § 3º do art. 30 proíbe a recusa da aptidão por similaridade, estipulando que "será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior". A admissão de similares impede a exigência de iguais, que afastaria competidores que, mesmo não tendo ainda feito obra ou serviço igual ao objeto da licitação, podem executá-lo, por já haver executado



similares. Assegura a acessibilidade e a competitividade do certame, princípios basilares da licitação, cuja inobservância a vicia.

Mas, também para evitar o mesmo viciamento, o legislador – no inc. II do caput do mesmo art. 30 – exigiu que a aptidão, à vista de contratos anteriores, se comprove pelo desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Como o caput domina o parágrafo, se este não for excepcionante, e como o § 3º não excepciona, mas complementa o inc. II do caput do art. 30, conforme evidencia a própria redação de ambos, nos quais aparece a mesma expressão – "comprovação de aptidão" – que os correlaciona, resulta daí que a exigência de "comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação" se aplica a todo e qualquer atestado ou certidão de desempenho, seja baseado na igualdade ou equivalência, seja baseado na similitude ou analogia das obras ou serviços.

Vejamos o que diz o Acórdão 1.942/2009, Plenário, rel. Min. André Luís de Carvalho:

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público.

Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais.

Tais exigências devem ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas



inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto lícito.

Vejamos também a decisão do Superior Tribunal de Justiça:

“É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. Deserte, inexistente violação ao princípio da igualdade entre as partes se os requisitos do edital, quanto a capacidade técnica, são compatíveis com o objeto da concorrência.” (RESP 474781/DF, Relator Min. Franciulli Netto, DJ de 12/05/2013).

Portanto, a Certidão de Acervo Técnico (CAT) com registro de atestado está registrado no Conselho competente (CREA/RN) e atestado a execução por um engenheiro fiscal (profissional habilitado) foi apresentado na documentação de habilitação pela empresa em nome do profissional é suficiente e comprova a capacidade técnica profissional do Sr. Luidy Fabrício Azevêdo Bezerra, contendo serviços iguais ou semelhantes dos serviços exigidos no referido edital.

Para o fim de comprovação de capacidade técnica deve ser aceito o somatório de atestados, sempre que não houver motivo para justificar a exigência de atestado único.

Auditoria do TCU tratou das obras de microdrenagem, execução da rede coletora de esgoto e urbanização da bacia da Criminosa, bem como construção da estação de tratamento de esgotos, no bairro Nova Marabá, no município de Marabá/PA. Na fiscalização, foi verificada, dentre outras irregularidades, a potencial restrição à competitividade, decorrente de critérios inadequados de



habilitação e julgamento na Concorrência 5/2011-CPL/PMM, que teve por objeto um conjunto de obras e serviços ligados à engenharia. Para o relator, “a restrição ao caráter competitivo da licitação foi caracterizada pela proibição do somatório de atestados de capacidade técnica”, sendo que, para ele, “a explicação para a proibição do somatório de atestados de capacidade técnica não foi convincente”. Em circunstâncias semelhantes, ainda conforme o relator, o Tribunal tem determinado que “a comprovação de capacidade técnica seja feita mediante o somatório de atestados, sempre que não houver motivo para justificar a exigência de atestado único”. O Tribunal, então, com suporte no voto do relator, decidiu pela audiência dos responsáveis por esta e pelas outras irregularidades. Precedentes citados: **Acórdãos nº 1.237/2008, 2.150/2008 e 2.882/2008, todos do Plenário. Acórdão n.º 1231/2012-Plenário, TC 002.393/2012-3, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 23.5.2012.**

É indevida a proibição de somatório de atestados, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional, quando a aptidão da licitante puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado.

Auditoria realizada nas obras de construção do sistema de esgotamento sanitário do município de Parnamirim/RN, custeadas com recursos repassados pelo Ministério das Cidades, apontou indícios de irregularidades na Concorrência n. 001/2008, que resultou na assinatura do Contrato n. 85/2008-Semop/RN com a empresa declarada vencedora do certame, no valor de R\$ 81.714.726,01. Entre os indícios de irregularidades apontados, destaquem-se as exigências contidas em edital que vedaram o somatório de atestados para fins de habilitação dos licitantes. Anotou a unidade técnica que o edital de licitação estabeleceu, para efeito de habilitação técnico-operacional, que a capacidade para execução de cada item da obra deveria ser demonstrada “em um único atestado, referente a uma ou mais obras isoladamente, não se aceitando valores resultantes de



somatórios e, ainda, que todas as onze exigências, agrupadas nas letras a, b, c e d do item 7.5.1.2, fossem comprovadas em no máximo 03 (três) atestados”. Considerou insatisfatórias as razões de justificativos dos responsáveis, no sentido de que tal medida visava simplificar o cumprimento de exigências pelas licitantes e aumentar a participação de empresas. Ressaltou, a esse respeito, que “a possibilidade de apresentar um maior número de atestados permitiria que mais empresas alcançassem os quantitativos exigidos”. Ademais, “a jurisprudência deste Tribunal de Contas admite a soma dos quantitativos constantes de mais de um atestado”. O relator, por sua vez, anotou que as deliberações do Tribunal têm sido no sentido de que tal vedação é indevida, “nos casos, como o que ora se analisa, em que a aptidão técnica da empresa licitante possa ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado”. O Tribunal, então, quanto a esse aspecto, decidiu determinar ao Município de Parnamirim/RN que, em futuras licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, custeadas com recursos federais, abstenha-se de: “(...) 9.2.2. estipular a necessidade de que a prova da execução anterior de determinados serviços se faça num único atestado, o que potencializa a restrição à competitividade, a não ser que a vedação ao somatório esteja devida e amplamente fundamentada nos autos do procedimento licitatório, em consonância com o disposto nos Acórdãos ns. 1636/2007, 2150/2008, 342/2012, todos do Plenário, dentre outros julgados deste Tribunal;”. Precedentes mencionados: **Acórdãos nºs 1.678/2006, 1.636/2007, 597/2008, 1.694/2007, 2.150/2008, 342/2012, todos do Plenário. Acórdão n.º 1865/2012-Plenário, TC-015.018/2010-5, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 18.7.2012.**

Ou seja, conforme demonstrado, não se justifica a proibição da soma de atestados e caso o seja feito, deverá ser demonstrado e justificado previamente em edital, conforme jurisprudências elencadas aqui.



Não se pode jamais relevar que a licitação objeto de presente RECURSO tem por finalidade propiciar benefícios de interesse público inestimáveis, todavia, não só à lei, bem assim a jurisprudência assente em nossos tribunais têm decidido que, o “INTERESSE PÚBLICO” não pode sobrepor-se à Lei, onde os responsáveis pela gestão do dinheiro da sociedade elaboram editais inquinados de vícios de nulidades insanáveis, se utilizando dessa premissa, para beneficiar determinadas empresas; A ausência de questionamento ou impugnação não elimina a nulidade.

A administração tem o dever de pronunciá-la, até mesmo de ofício, tão logo tenha conhecimento de sua existência, conforme lição unânime e pacífica da doutrina e da jurisprudência. Deve-se admitir a possibilidade de convalidação apenas para vícios de anulabilidade. A omissão do interessado somente afeta os casos de anulabilidade, nos quais estão envolvidos interesses privados e disponíveis dos licitantes. Nessa (e somente nessa) hipótese, a inexistência de impugnação convalida o ato e acarreta o desaparecimento do vício; desta forma ficou inequivocamente comprovado de que a RECORRENTE FL ENGENHARIA está HABILITADA no que se refere ao Item em deslinde acima numerado; Augusta Comissão Eminente Presidente Na linha de proibir cláusulas desarrazoadas, estabeleceu-se que somente podem ser previstas no ato convocatório exigências autorizadas na Lei (art. 30, § 5º).

Portanto, estão excluídas tanto as cláusulas expressamente reprovadas pela lei nº 8.666/93 como aquelas não expressamente por ela permitidas; ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. (Art. 5º, II, da CF); ademais, o que deve prevalecer não só no presente edital, bem como em qualquer outro publicado neste Estado e, em todos da nossa Federação, é o princípio da legalidade esculpido no Art. 37, Caput, da Constituição Federal,



sobretudo, o estado democrático de direito, “onde as leis são respeitadas” (Art. 1º, Caput, da CF).

Não é motivo para dar continuidade à inabilitação da licitante, pois a exigência foi cumprida, toda a documentação da empresa está presente no processo licitatório, e manter a inabilitação da licitante fere o princípio da Isonomia.

DO PEDIDO

Por fim, consubstanciado no Art. 1º da Lei nº 9.800 de 26 de maio de 1999, que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais, o patrono da recorrente irá transmitir (protocolar) o presente recurso através do e-mail, com que consta da Publicação, por esta Augusta Comissão, onde fica dispensado o cumprimento no disposto em Art. 2º da referida Lei, porquanto à presente exordial já está assinada digitalmente, esse é o entendimento jurisprudencial mais recente do Conselho Nacional da Magistratura, em sede de Direito Administrativo; Ademais, não poderia ser diferente, o próprio Edital em, já prevê a possibilidade de transmissão de vários atos, através de e-mail, até porque é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal que todos os entes públicos da União – Estados e Municípios, mantenham às sua Home page, bem assim os seus endereços eletrônicos no sentido do melhor acesso ao cidadão aos serviços públicos; Não se podem opor barreiras ao espírito nem fronteiras ao conhecimento.

Ante o exposto, vem à RECORRENTE, face às razões de fato e de direito acima suscitadas, nos termos dos Arts. 49, Caput, da Lei nº 8.666/93, em sede de preliminar REQUERER:

Que nos termos nossa legislação infraconstitucional, material e formal vigente, SEJA RECONSIDERADA à DECISÃO, publicada em Diário Oficial que



circulou em 03/10/2023, a qual INABILITOU à RECORRENTE, porquanto está inquinada de vícios de nulidades insanáveis, ademais, desprovida de fundamentação do ponto de vista doutrinário, constitucional, formal, legal e jurisprudencial, conforme FICOU inequivocamente comprovado em razões ACIMA suscitadas ou, sob pena de responsabilidade, remeta o presente recurso “incontinenti” à autoridade superior competente, o Excelentíssimo (a) Prefeito (a) Constitucional deste Município, para QUE o MESMO DEFIRA o PEDIDO OBJETO DESTE, ANULANDO à REFERIDA DECISÃO e, “CONSEQUENTEMENTE HABILITANDO a RECORRENTE FL ENGENHARIA, SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA”, como medida da mais lúdima justiça (Art. 93, IX, da Constituição Federal);

Diante de todo exposto, e para fins de atender integralmente aos objetivos do procedimento licitatório em epígrafe, é que vem a ora Recorrente requerer reverter a decisão da Comissão Permanente de Licitação com relação à TOMADA DE PREÇOS em epígrafe, habilitando a ora Recorrente no processo licitatório, promovendo o julgamento de sua proposta juntamente com a dos demais licitantes, como medida de inteira legalidade.

Nestes Termos

Pede e aguarda Deferimento.

Patu/RN, 04 de outubro de 2023.

Luidy Fabrício Azevêdo Bezerra
Titular – Resp. Técnico
CPF: 084.374.124-47
CREA: 210753779-8/RN